

CONV 636/03

CERCLE I 13

RELATÓRIO

de:	Presidente do Círculo de Discussão sobre o Tribunal de Justiça
para:	Membros da Convenção
Assunto:	Relatório final do Círculo de Discussão sobre o Funcionamento do Tribunal de Justiça

1. Dando seguimento ao quadro de trabalhos definido pelo Praesidium (ver anexo), o Círculo de Discussão reuniu-se quatro vezes: em 17 e 24 de Fevereiro e em 3 e 17 de Março de 2003, tendo ouvido Gil Carlos Rodriguez Iglesias, presidente do Tribunal de Justiça, Bo Vesterdorf, presidente do Tribunal de Primeira Instância, e uma delegação do Conselho das Ordens de Advogados da União Europeia (CCBE), composta por Lord Brennan QC e pelos Drs. Berrisch, Brouwer, Kahn e Waelbroeck.
2. O Círculo de Discussão perguntou-se ainda se seria oportuno analisar a questão da competência do Tribunal de Justiça no que se refere aos actos da União do âmbito da PESC ¹, na sequência da supressão dos pilares. Durante a última reunião, realizada em 17 de Março de 2003, ficou decidido que o Círculo analisaria este ponto numa reunião ulterior e que poderia eventualmente transmitir propostas nessa ocasião, independentemente do presente relatório.
3. As presentes conclusões incidem sobre os pontos do quadro de trabalhos, respeitando a ordem aí seguida.

¹ Relativamente à JAI, o Círculo tomou a devida nota das recomendações contidas no relatório do Grupo de Trabalho X "Liberdade, Segurança e Justiça".

Alínea a) do quadro de trabalhos

4. O Círculo debateu as disposições do Tratado de Nice sobre o número de juízes e de advogados-gerais, tanto em relação ao Tribunal de Justiça como ao Tribunal de Primeira Instância, tendo considerado que essas disposições não devem sofrer alterações neste particular ¹.
5. Quanto ao processo de nomeação dos juízes e advogados-gerais do Tribunal de Justiça (a seguir denominado Tribunal) e do Tribunal de Primeira Instância (a seguir, TPI), a maioria dos membros do Círculo é favorável a que se mantenha a actual situação (nomeação de comum acordo pelos Governos dos Estados-Membros). Alguns membros consideraram, porém, que a nomeação deve passar por uma decisão do Conselho. Para diversos membros que defendem esta última opção, o Conselho deveria deliberar por maioria qualificada.
6. O Círculo considerou ainda que seria oportuno instituir uma "comissão consultiva", cuja função seria dar parecer aos Estados-Membros sobre a adequação do perfil de determinado(a) candidato(a) ao exercício das funções, com base, designadamente, em critérios objectivos respeitantes às suas qualificações profissionais. Dessa comissão – cujas deliberações não seriam públicas e que não procederia a audições – poderiam fazer parte antigos membros do Tribunal e representantes das jurisdições supremas nacionais, podendo o Parlamento Europeu nomear também um jurista especializado. Todavia, um dos membros declarou-se contrário à ideia de que o Parlamento Europeu fosse associado, considerando que tal constituiria um risco de politização do processo de designação. O Círculo sublinha que a criação da comissão consultiva poderia levar os Estados-Membros a serem mais exigentes na selecção dos candidatos. Nesta fase, o Círculo considerou que os Estados deveriam continuar a apresentar apenas uma candidatura.

¹ Neste contexto, é necessário reflectir sobre a questão da manutenção, após o alargamento, do actual número de 11 juízes com assento na grande secção criada pelo Tratado de Nice (segundo parágrafo do artigo 16.º do Protocolo relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça).

7. Quanto à duração do mandato dos membros do Tribunal, o Círculo tomou boa nota de que tanto o presidente do Tribunal como o do TPI, embora prefiram o actual sistema, se mostraram abertos à possibilidade de estabelecer um mandato mais prolongado e não renovável. Neste caso, manifestaram preferência por um mandato de 12 anos, dado que um mandato de 9 anos, não renovável, poderia levantar sérios problemas práticos devido à renovação de metade do Tribunal a meio do mandato. O Círculo chamou a atenção para o facto de, principalmente no caso de um mandato não renovável, ser necessário decidir qual a duração do mandato de um juiz que substitua outro em caso de morte ou demissão ¹ ². Além disso, a nomeação diria respeito à função, não ficando portanto excluída a hipótese de um advogado-geral (ou um juiz) poder ser nomeado juiz (ou advogado-geral).
8. O Círculo considera que a Constituição poderia estabelecer uma distinção entre o sistema de mandato para o Tribunal de Justiça e para o TPI. A maioria dos membros manifestou-se a favor do prolongamento do mandato dos membros do Tribunal e da sua não renovação. Outros salientaram, porém, que o sistema actual tem funcionado bem e que é preferível mantê-lo. Em todo o caso, o Círculo propõe, neste contexto, que o Tratado refira explicitamente a independência e a imparcialidade dos juízes. Quanto aos juízes do TPI, o Círculo está de acordo com a manutenção do sistema vigente (mandato renovável de seis anos).

¹ Ou o seu mandato terminaria quando estivesse previsto que terminasse o do juiz substituído, ou seria expressamente prevista a possibilidade de renovação, ou ainda o mandato do juiz nomeado em substituição de outro teria início no momento da nomeação, durando um período completo.

² Além disso, o Círculo gostaria de chamar a atenção para a necessidade de, aquando da entrada em vigor deste sistema, se colocar a questão das consequências para os mandatos em curso.

Alínea b) do quadro de trabalhos

9. O Círculo acolheu bem a ideia de alterar os artigos 225.º-A, 229.º-A e 245.º do TCE. Os membros mostraram-se abertos à possibilidade de prever que o Conselho delibere por maioria qualificada, e não por unanimidade, que é a regra seguida actualmente. Isso aplicar-se-ia, nomeadamente, ao artigo 225.º-A do TCE, relativo à criação de câmaras jurisdicionais.
10. Quanto ao artigo 229.º-A do TCE, a maioria dos membros é também, em princípio, favorável a que o Conselho delibere por maioria qualificada.
11. Por fim, o artigo 245.º do TCE, sobre o Estatuto do Tribunal de Justiça, prevê actualmente que o Conselho delibere por unanimidade, com excepção do Título I do Estatuto, que só pode ser alterado pelo processo de revisão do Tratado. Quanto a esta questão, o Círculo é, em princípio, favorável a uma alteração do artigo 245.º do TCE, por forma a que o Conselho delibere por maioria qualificada, com excepção do Título I e do regime linguístico (artigo 64.º do Estatuto), em que o Conselho deliberaria por unanimidade. No tocante às questões linguísticas, alguns membros consideraram que seria conveniente alterar a prática actual do Tribunal, segundo a qual este só profere acórdãos em processos que tenham sido traduzidos para todas as línguas; poder-se-ia publicar o acórdão na língua do processo, facultando as restantes versões linguísticas nos seis meses seguintes, sem ser necessário alterar o Tratado para modificar esta prática.
12. O Círculo considerou que o processo legislativo se deveria aplicar às disposições acima referidas. Um dos membros sublinhou que poderia aceitar que o Conselho delibere por maioria qualificada, ainda que não seja aplicável o processo legislativo.

Alínea c) do quadro de trabalhos

13. No que respeita às denominações do Tribunal e do TPI, o Círculo considerou que a do Tribunal não deve ser alterada, mas apenas adaptada ao facto de já não existirem as "Comunidades Europeias". O Círculo teve em atenção o facto de o Tribunal ter esta denominação desde há 50 anos, pelo que não seria aconselhável alterá-la. O Tribunal poderá, por conseguinte, passar a chamar-se **"Tribunal de Justiça da União Europeia"**.

14. Quanto à denominação do TPI, o Círculo constatou que, num futuro próximo, quando forem criadas câmaras jurisdicionais para contenciosos específicos, esta jurisdição nem sempre funcionará como um tribunal de primeira instância, podendo também deliberar em última instância e, nessa medida, a actual denominação deixará de ser adequada. Todavia, em relação a todos os recursos directos que não sejam da competência das câmaras jurisdicionais, o TPI deliberará em primeira instância. O Círculo é, pois, favorável a que se altere a denominação do TPI, embora pretenda evitar qualquer eventual confusão como a do Tribunal. Tendo em conta estes elementos –, e também a necessidade de encontrar uma denominação que não coloque problemas de tradução –, o Círculo avançou a hipótese de se utilizar "**Tribunal Geral da União Europeia**" ¹, a fim de exprimir a sua futura vocação de tribunal geral de base e de o distinguir dos "tribunais especializados". Ficou acordado que a nova designação deverá, em todo o caso, visar a salvaguarda da unicidade da instituição. O Círculo considerou útil que o seu Presidente convide os Serviços Jurídicos das três instituições a comunicar-lhe as respectivas sugestões sobre a denominação mais apropriada para o TPI.
15. As câmaras jurisdicionais previstas no artigo 225.º-A estarão encarregadas de conhecer em primeira instância de certas categorias de recursos em matérias específicas. Embora, até à data, não tenha sido criada nenhuma câmara desse tipo, está prevista a criação de uma para os recursos interpostos pelos funcionários da União e de outra para os direitos comunitários de propriedade industrial (patentes). De futuro, poderá ser prevista a criação de outras câmaras. Poderia manter-se a actual denominação, o que não impediria que se lhes chamasse "tribunal", como no caso do "Tribunal da Patente Comunitária", nos termos do acordo político do Conselho de 3 de Março de 2003. Todavia, parece preferível chamar-lhes "**tribunais especializados**". Essa denominação teria a vantagem de evitar a confusão, em certas línguas, com as "câmaras" para contenciosos específicos que poderão ser criadas no Tribunal (ou no TPI), como acontece nos tribunais supremos dos Estados-Membros.
16. Por último, o Círculo considera que a Constituição poderia referir explicitamente que a União é dotada de um sistema judicial do qual fazem parte o Tribunal de Justiça, o TPI, os tribunais especializados e os juízes nacionais, cujo papel de juízes de direito comum da União poderia

¹ ("Common Court of the European Union", "allgemeines Gericht der Europäischen Union", etc.)

ser destacado na Constituição. O Círculo faz notar, porém, que esta proposta não implica a criação de novas instituições e que o Tribunal de Justiça continuaria a estar no centro do sistema judicial da União, devendo subsistir a unidade institucional.

Alínea d) do quadro de trabalhos

17. Quanto às eventuais alterações ao quarto parágrafo do artigo 230.º do TCE, o Círculo debateu várias opções possíveis, com base num documento de trabalho preparado pelo Secretariado.
18. O debate demonstrou que o Círculo está claramente dividido em dois grupos. Para o primeiro grupo, a actual redacção desta disposição satisfaz as exigências essenciais de uma tutela jurisdicional efectiva dos direitos das partes, tendo em conta o facto de que, no actual sistema descentralizado baseado no princípio da subsidiariedade, é, nomeadamente, aos tribunais nacionais que cabe defender os direitos dos particulares, podendo (ou devendo, caso se trate da última instância) colocar ao Tribunal questões prejudiciais sobre a validade de um acto da União; por conseguinte, não seria necessário proceder a alterações de fundo no quarto parágrafo do artigo 230.º. Para estes membros, seria apropriado, em contrapartida, que a Constituição referisse explicitamente que, de acordo com o princípio da cooperação leal, tal como interpretado pelo Tribunal de Justiça, os órgãos jurisdicionais nacionais estão obrigados, em toda a medida do possível, a interpretar e aplicar as normas processuais internas que regem o exercício dos recursos de maneira a permitir às pessoas singulares e colectivas contestar judicialmente a legalidade de qualquer decisão ou de qualquer medida nacional relativa à aplicação, em relação a si, de um acto comunitário de alcance geral, invocando a invalidade deste último. Efectivamente, compete aos Estados-Membros prever um sistema de vias de recurso e de meios processuais que permita assegurar o respeito do direito a uma tutela jurisdicional efectiva em relação aos direitos decorrentes do direito da União.¹

¹ TJCE, acórdão de 25 de Julho de 2002, Processo C-50/00 P, Unión de Pequeños Agricultores, pontos 41 e 42.

19. O segundo grupo considera demasiado restritivas as condições de admissibilidade previstas no quarto parágrafo do artigo 230.º ("lhe digam directa e individualmente respeito") para os recursos interpostos por particulares dos actos de alcance geral. Por conseguinte, alguns membros propuseram as seguintes soluções:
- a) Dissociar as duas condições, que deixariam de ser cumulativas;
 - b) Substituir "e individualmente" por "e que afecte a sua situação jurídica";
 - c) Manter a redacção actual e aditar "ou de um acto de alcance geral que lhe diga directamente respeito sem implicar uma medida de execução";
 - d) Deixar a redacção actual para os actos legislativos (doravante, leis e leis-quadro) e permitir o recurso ao Tribunal de Justiça para os actos regulamentares; poder-se-ia recorrer destes quando digam directa ou individualmente respeito a um particular;
 - e) Mesma alternativa que a anterior, mas dando aos particulares o direito de recurso dos actos legislativos da União que não impliquem uma medida de execução.

Alguns membros ¹ propuseram a interposição de um direito de recurso específico para defesa dos direitos fundamentais, a par da proposta referida na alínea a).

20. A maioria dos membros do Grupo pronunciou-se a favor da alteração do quarto parágrafo do artigo 230.º, que passaria a ter a seguinte redacção:

"Qualquer pessoa singular ou colectiva pode interpor, nas mesmas condições, recurso dos actos de que seja destinatária ou que lhe digam directa e individualmente respeito, bem como dos actos [de alcance geral/regulamentares] que lhe digam directamente respeito sem implicar medidas de execução".

21. O aditamento de "sem implicar medidas de execução" visa garantir que a extensão do direito de recurso dos particulares só se aplique aos casos (problemáticos) em que o particular em questão tenha primeiro de infringir a lei para poder ter acesso a um tribunal. Esta redacção permite aos particulares interpor recurso para o Tribunal (TPI) de um acto que contenha, por exemplo, uma proibição, mas que não implique uma medida de execução, dado que o particular em questão pode solicitar a sua anulação se puder demonstrar que o acto regulamentar em causa lhe diz directamente respeito.

¹ Ver WD 3, de Jürgen Meyer.

22. A maioria dos membros que defendem a alteração do quarto parágrafo do artigo 230.º prefere a opção que consagra "actos de alcance geral". Contudo, alguns membros consideraram mais apropriado que se opte por "actos regulamentares", o que permite estabelecer uma distinção entre os actos legislativos e os actos regulamentares, adoptando – como foi sugerido pelo Presidente do Tribunal – uma abordagem restritiva no que respeita aos recursos interpostos por particulares dos actos legislativos (relativamente aos quais a condição "digam directa ou individualmente respeito" continua a aplicar-se) e uma abordagem mais aberta em relação aos recursos dos actos regulamentares.
23. Além disso, seguindo uma proposta neste sentido, o Círculo parece aberto a uma alteração meramente de redacção, que não altera o âmbito de aplicação do quarto parágrafo do artigo 230.º e que consiste na supressão de "embora tomadas sob a forma de regulamento ou de decisão dirigida a outra pessoa". Foi também pedida a substituição de "decisão" por "acto". Estas alterações reflectem a jurisprudência do Tribunal de Justiça ¹.
24. Quanto à aplicação das disposições do artigo 230.º do TCE às agências e órgãos da União, o Círculo constatou que, em geral, os actos que criam agências contêm disposições relativas aos actos jurídicos por elas aprovados que prevêem vias de recurso para o Tribunal de Justiça ². A análise desses actos – essencialmente relativos a agências e órgãos dependentes do Tratado CE – permite constatar a existência de vários tipos de disposições:
- o Tribunal de Justiça é competente para conhecer dos recursos interpostos contra a agência nas condições previstas no artigo 230.º ³;

¹ Ver, a este propósito, o Processo 60/81, IBM/Comissão (Colect. 1981, 2639, fundamento 9): "para determinar se as medidas impugnadas constituem actos, na acepção do artigo 173.º, deve desde logo atender-se à sua substância. De acordo com uma jurisprudência constante do Tribunal de Justiça, constituem actos ou decisões passíveis de serem objecto de recurso de anulação, na acepção do artigo 173.º, as medidas que produzem efeitos jurídicos vinculativos que possam lesar os interesses do requerente, alterando de forma caracterizada a situação jurídica deste; ao invés, a forma como são aprovados os actos ou decisões é, em princípio, indiferente no que diz respeito à possibilidade de os impugnar através de um recurso de anulação". (Tradução do SG do Conselho)

² Ver, a este respeito, o documento de trabalho do Secretariado relativo ao direito de recurso contra actos das agências da União (WD 9).

³ É o caso do Regulamento n.º 1035/97 do Conselho, de 2 de Junho de 1997, que cria um Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia (artigo 15.º) (JO L 151 de 10.6.1997, p. 1).

- quaisquer actos da agência, tácitos ou expressos, podem ser submetidos à Comissão, com vista um controlo da sua legalidade, podendo seguidamente a decisão da Comissão ser objecto de um recurso de anulação para o Tribunal de Justiça ¹;
- acto é omissivo em relação ao controlo da legalidade dos actos da agência ².

25. Tendo em conta esta prática, um tanto dispar, do controlo da legalidade dos actos das agências no âmbito do Tratado CE, a Comissão ³ recomendou ao Parlamento Europeu e ao Conselho que uniformizassem o sistema, tornando o artigo 230.º do TCE aplicável aos actos de todas as agências que sejam lesivos. O argumento a favor desta abordagem é, nomeadamente, o de que o princípio de uma garantia judicial efectiva, consagrado por uma jurisprudência constante (e retomado agora no artigo 47.º da Carta), exige que nenhum acto lesivo emanado de uma instituição, de um órgão ou de uma agência possa subtrair-se ao controlo judicial da sua legalidade. É, aliás, impossível excluir categoricamente, aquando da criação de uma agência, que ela não pratique esses actos, apesar de o regulamento que a cria não a dotar de poderes para aprovar formalmente decisões.
26. Tendo em conta o que precede, a maioria dos membros do Círculo recomenda que o artigo 230.º do TCE seja alterado por forma a incluir, para além dos actos jurídicos aprovados pelas instituições, os dos *órgãos e agências* da União. É claro que um recurso interposto contra um órgão ou uma agência só será admissível se eles tiverem aprovado um "acto jurídico", na acepção da jurisprudência do Tribunal de Justiça; o acto que cria a agência poderia ainda precisar as modalidades específicas aplicáveis ao exercício do controlo da agência ou do órgão em questão ⁴. Foi assinalado que esta orientação do Círculo diz exclusivamente respeito aos órgãos e agências dependentes do Tratado CE, devendo aqueles que operam no âmbito da PESC e da cooperação policial e judiciária em matéria penal ser

¹ Ver o Regulamento (CE) n.º 2062/94 do Conselho, de 18 de Julho de 1994, que institui a Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho (artigo 22.º).

² Ver o Regulamento (CE) n.º 1406/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2002, que institui a Agência Europeia da Segurança Marítima.

³ Ver COM(2002) 718 final, de 11.12.2002, sobre o enquadramento das agências europeias de regulamentação, pp. 14 e 15.

⁴ Em especial, relativamente à possibilidade concedida ao Tribunal de reformar um acto impugnado (caso do Instituto Comunitário de Marcas) ou às pessoas com legitimidade activa para interponem recurso (p. ex.: Instituto Comunitário de Marcas ou Instituto Comunitário das Variedades Vegetais), ou ainda à necessidade de interposição de um primeiro recurso para a Comissão, caso se pretenda manter este sistema específico.

analisados em função das disposições dessas políticas, pois são susceptíveis de apresentar certas particularidades que poderão ser regulamentadas nos respectivos actos de criação. Um dos membros declarou não poder associar-se à recomendação geral do Círculo sobre este ponto, argumentando que tal recomendação tem implicações importantes e que deveria ser analisada posteriormente, tendo em conta as particularidades de cada agência.

27. Por último, alguns dos membros solicitaram que o artigo 230.º do TCE fosse alterado no sentido de incluir o direito de recurso dos parlamentos nacionais, do Comité das Regiões e/ou das regiões em matéria de subsidiariedade. Porém, o Círculo concluiu, a este respeito, que se trata de questões já examinadas pela Convenção e que incumbe ao Praesidium, e não tanto ao Círculo, tirar ilações, se for caso disso, das eventuais orientações da Convenção sobre a redacção das alterações ao artigo 230.º do TCE.

Alínea e) do quadro de trabalhos

28. Quanto ao mecanismo de sanções em caso de não execução de um acórdão do Tribunal, os membros constataram que o sistema actual não era suficientemente eficaz, podendo os Estados condenados pelo Tribunal esperar anos antes de lhes ser aplicada uma sanção pecuniária. O Círculo considera, por conseguinte, que importa encontrar formas de tornar mais simples e eficazes os mecanismos de sanções em caso de não execução dos acórdãos do Tribunal. Para o efeito, foram avançadas as seguintes sugestões:
- a) Reforçar o mecanismo de sanções previsto no artigo 228.º do TCE, suprimindo as duas fases que precedem o recurso ao Tribunal para aplicação de sanções, isto é, a fase de notificação do Estado em questão e a fase do parecer fundamentado da Comissão, ou, pelo menos, uma destas duas fases ¹; a grande maioria dos membros é a favor desta proposta;
 - b) Dar à Comissão a possibilidade de apresentar ao Tribunal *simultaneamente* (no mesmo processo) um recurso por incumprimento, por força do artigo 226.º do TCE, e um

¹ A possibilidade de a Comissão ou um Estado-Membro recorrerem directamente ao Tribunal não constitui novidade: já está prevista no Tratado para certas circunstâncias, como, por exemplo, se um Estado fizer uma utilização abusiva das derrogações previstas por motivos de defesa ou em caso de crise (artigo 298.º).

pedido para aplicar uma sanção. Se, a pedido da Comissão, o Tribunal decretar a sanção no mesmo acórdão, esta será aplicada ao fim de determinado prazo a contar da data em que o acórdão foi proferido ¹, se o Estado requerido não acatar a decisão do Tribunal. A maioria dos membros pronunciou-se a favor desta proposta. Um dispositivo nestes moldes permitiria simplificar e acelerar o processo, especialmente no que respeita às sanções relativas a casos de "não comunicação" de uma medida nacional de transposição ²;

- c) Conceder à Comissão o direito de constatar o incumprimento, por parte de um Estado, de uma das obrigações que lhe incumbem por força da Constituição, após ter dado a esse Estado oportunidade de apresentar as suas observações. Este último teria o direito de interpor recurso para o Tribunal, pedindo a anulação da decisão da Comissão. Este modelo seguiria o do artigo 88.º do Tratado CECA.

¹ Para alguns membros, o montante da sanção (adstrição) deveria, neste caso, ser calculado de forma a que a adstrição tivesse efeitos retroactivos a contar da data do acórdão.

² Na prática, faz-se uma distinção entre os casos de "não comunicação" – isto é, o Estado-Membro não tomou nenhuma medida de transposição – e os casos de transposição incorrecta – isto é, as medidas de transposição tomadas pelo Estado-Membro não cumprem, segundo a Comissão, o disposto na directiva (ou lei-quadro). O dispositivo proposto não se aplicaria a esta segunda hipótese.

ANEXO

Quadro de trabalhos

1. Os debates da sessão plenária de 5 e 6 de Dezembro de 2002 e de 20 e 21 de Janeiro de 2003 evidenciaram a preocupação de alguns membros da Convenção quanto à necessidade de se proceder a uma análise aprofundada das eventuais implicações de determinadas propostas apresentadas na Convenção sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça. Além disso, foi considerado importante dar a este último e ao Tribunal de Primeira Instância oportunidade de manifestarem a sua opinião sobre as questões que lhes dizem respeito e que são objecto dos trabalhos da Convenção. Para esse efeito, a Presidência considerou oportuno criar um "círculo de discussão" sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça.
2. Esse círculo deverá debruçar-se especialmente sobre as questões em relação às quais a Convenção ainda não tem posições definidas, podendo, nomeadamente, aprofundar os seguintes pontos:
 - a) Deverá o procedimento de nomeação dos juízes e dos advogados-gerais do Tribunal de Justiça (artigo 223.º do TCE ser alterado? E quanto à nomeação dos membros do TPI (artigo 224.º do TCE)?
 - b) A fim de facilitar a aplicação dos artigos 225.º-A, 229.º-A e 245.º do TCE, será necessário substituir a regra da unanimidade actualmente vigente pela da maioria qualificada?
 - c) Será oportuno rever as denominações de "Tribunal de Justiça" e de "Tribunal de Primeira Instância", ou deverão manter-se?
 - d) Será conveniente alterar a redacção do n.º 4 do artigo 230.º do TCE no que se refere, nomeadamente, aos recursos directos interpostos por particulares contra actos de alcance geral das instituições? E quanto aos actos das agências ou dos organismos criados pela União?
 - e) Será conveniente tornar mais eficaz o mecanismo de sanções em caso de não respeito de um acórdão do Tribunal de Justiça? Como? Dando ao Tribunal a possibilidade de estabelecer multas nos seus acórdãos se um Estado-Membro não os acatar dentro de determinado prazo? Por outros meios?
3. O "Círculo de Discussão" estará aberto a outras questões que os seus membros ou os membros do Tribunal e do TPI possam eventualmente considerar útil aprofundar. Está previsto que o "Círculo de Discussão" se reúna 3 ou 4 vezes em Fevereiro e que apresente o seu relatório no início de Março de 2003.